Relativo aos alcances teóricos, os resultados referem-se a compreensão conceitual das Humanidades Digitais enquanto um campo de pesquisa em desenvolvimento, intercalando-se entre uma disciplina específica e um conjunto de métodos de pesquisa para os meios digitais associado a metodologia de cada disciplina. Porém, convergimos neste projeto, que a consolidação deste campo tende a caminhar para a segunda corrente mencionada, associando-a a diversas discussões sobre os aspectos sócio-político-culturais do ciberespaço (TELLES, 2017). Por se tratar de um projeto com foco historiográfico, percebemos a “História Digital” como uma vertente das Humanidades Digitais, sendo um conjunto de abordagens multidisciplinares convencionais, associadas a métodos digitais de pesquisa, configurando uma metodologia híbrida, a qual faz-se indispensável se nos debruçarmos sobre o caminhar da sociedade contemporânea, da qual a tecnologia digital é indissociável. Dessa maneira, como apontou Marc Block em *Apologia da História ou o Oficio do Historiador*, que a história se faz a partir dos vestígios deixados pelo homem, hoje encontramos nesses meios os vestígios de uma sociedade informatizada. Este projeto possibilitou fazer novos questionamentos sob as perguntas tradicionais da historiografia, tornando-se um ponto de partida para novas discussões. Primeiro, sobre qual o conceito de “vestígios” interpretados como fontes e como poderemos encontrar estas fontes a partir do que deixamos como vestígios nos meios digitais. Em segundo lugar, fazendo uso do conceito de fontes oficiais, até que ponto estas fontes oficiais em meios digitais podem ser reaproveitadas e tornar-se um novo modelo de fonte historiográfica. E, em terceiro lugar, de que maneira a análise de um grande volume digital de dados pode nos indicar novos rumos historiográficos e novos questionamentos sobre campos já consolidados. Este último quesito, é o que mais nos empenhamos, devido ao objetivo principal do projeto ser caracterizar produções acadêmicas.

No plano de trabalho conforme o previsto no item a), criamos a biblioteca História Digital de acesso público no gerenciador de referência Zotero, com 226 referências catalogadas e organizadas relacionadas à diversas temáticas das áreas das Humanidades Digitais, em consonância com o objetivo do projeto de criar ferramentas de pesquisa de acesso aberto que colabore com a difusão da prática de pesquisa digitalizada. Conforme o item b), foi desenvolvido o script de raspagem de dados na linguagem de programação Python, o que possibilitou a coleta das publicações dos anais da ANPUH que tratam sobre o tema do Pós-abolição entre os anos de 2013 a 2019 e está disponível para consulta no link: [*https://youtu.be/-6IGMyw7c6E*](https://youtu.be/-6IGMyw7c6E). Para o item c), referente ao artigo, este encontra-se em desenvolvimento. No entanto, apresentamos um painel no 31° Simpósio Nacional de História da ANPUH, intitulado “Abordagens Metodológicas para uma Historiografia Digital” onde expomos a metodologia e alguns resultados deste projeto. E, estamos preparando uma comunicação para o III COPENE Nordeste. Por fim, o resultado para este item foi suprido, embora não tenha havido a publicação de um artigo, conseguimos chegar ao mesmo objetivo de difusão de conhecimento com o painel e possivelmente com a comunicação. Conforme o item d), criamos um repositório público do projeto no Github para acesso de todas as ferramentas dados e referências, que pode ser consultado no link < <https://github.com/ericbrasiln/pibic_2020-2021/tree/main/EDITAL_UNILAB>>. Criamos ainda um site com um repositório com os conteúdos na página do github para dar maior acessibilidade além, da criação da base dados codificada no Atlas.ti 7, também disponível para acesso.

Para a codificação e análise dos dados no Atlas.ti (1) Criamos uma árvore de códigos com etiquetas divididas em quatro famílias, de forma que atendesse aos elementos que buscamos caracterizar e analisar. Assim, dividimos da seguinte forma:

1 – Árvore de código:

* ANÁLISE\_PÓS\_ABOLIÇÃO: Famílias de códigos voltados para análise dos sentidos do termo Pós-abolição, representa a etiqueta principal da análise. Para esta família, construímos códigos filhos e códigos netos, diante da complexidade de identificar o tema de maneira maisprecisa, e para atendermos as diversas possibilidades de utilização do termo pelos autores encontradas nos papers.
* ELEMENTOS\_TEXTUAIS: Família de códigos que identificam os elementos textuais, sendo eles os autores, formação, instituição, evento e título da publicação. Utilzamos para a criação desse código a da própria padronização orientados pela ANPUH para o desenvolvimento dos papers.
* REC\_ESPACIAL: Família de código que identifica os espaços geográficos onde se desenvolve o tema central.
* REC\_TEMPORAL: Família de código que representa o recorte temporal da pesquisa, o período que o tema central está se referindo. Esse código tornou-se inusitado pois, inicialmente pensamos em cria-lo a partir dos recortes temporais históricos, no entanto, os papers extrapolavam o recorte temporal definidos em boa parte dos recortes históricos, assim, julgamos mais coerente construir esta família de códigos em recortes que representassem os séculos.
* TEMÁTICA\_GERAL: Família de código que define o tema ou os temas que o paper está tratando.

Com esse conjunto de códigos, objetivamos coletar os elementos que utilizaremos para analisar de que maneira o pós-abolição está sendo tratado nos papers, o perfil dos autores e instituições, quais as principais temáticas e em quais períodos, além de colaborar com o debate de que maneira este campo historiográfico vem se consolidando a partir dos anais da ANPUH desde a criação do GT Emancipação e pós abolição e, construir perguntas sobre quais caminhos os autores tem percorridos para tal diálogo.

2. Análise dos dados quantitativos:

Como já mencionado, no *dataset* final, foram identificados 183 papers que continham o termo. No entanto, 7 papers estavam duplicados e 1 vazio, resultando em 175 papers a serem analisados. A primeira informação que buscamos identificar foi se no *paper* continha o termo pós-abolição por estar tratando-o enquanto tema ou se havia sido mencionado de maneira incidental. Para isso, criamos alguns critérios de identificação: a) Se o termo estava sendo utilizado no título da publicação; b) Se o autor expressava no texto que a partir daquele elemento apresentado ele buscava discutir sobre o pós-abolição mesmo o termo não sendo apresentado no título do *paper* e c) Se o texto estava discutindo especificamente sobre o pós abolição. Não havendo identificação do *paper* em ao menos um dos critérios anteriores, este era identificado como tema incidental.

Nestes 175 *papers*, o termo foi mencionado 373 vezes, sendo 249 identificados nas publicações no qual o pós-abolição representa o tema central (ANÁLISE\_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA\_CENTRAL) e 124 vezes em que representa o tema incidental (ANÁLISE\_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA\_INCIDENTAL).

Para dar mais especificidade a análise, criamos ainda os códigos ANÁLISE\_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA\_INCIDENTAL\_CORPO e ANÁLISE\_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA\_INCIDENTAL\_RODAPE\_BIBLIOGRAFIA para identificação em caso de menção do termo incidentalmente, como por exemplo em títulos de publicações, leis, etc., o qual observamos ocorrência tanto nas publicações de tema central quanto na incidental. E ainda, a etiqueta ANÁLISE\_PÓS-ABOLIÇÃO::NOTA\_RODAPÉ, para especificar a utilização do termo em notas explicativas de rodapé. Como se tratava de contabilizar a incidência dos termos, esta divisão fez-se necessária para dar suporte para construir possíveis entendimentos futuros, principalmente acerca do resultado quantitativo das publicações identificadas como tema incidental.

2.1 Eventos – verificar figura ()

Os eventos representam os simpósios da ANPUH.

* Evento XXVII – Conhecimento Histórico e Diálogo Social (2013)
* Evento XXVIII – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios (2015)
* Evento XXIX – Contra os preconceitos - História e Democracia (2017)
* Evento XXX – História e o Futuro da Educação no Brasil (2019)

Referente ao evento XXVII, identificamos 60 *papers* com o termo; para o Evento XXVIII, 35; no Evento XXIX constavam 34; e, no Evento XXX, 46.

2.2 Instituições e formação:

Para caracterizar o perfil dos autores e instituições, nós criamos os códigos *ELEMENTOS\_TEXTUAIS::FORMAÇÃO, ELEMENTOS\_TEXTUAIS::INSTITUIÇÃO e ELEMENTOS\_TEXTUAIS::AUTORIA.* Ambos são códigos filhos do código *ELEMENTOS\_TEXTUAIS.*

Referente a formação dos autores, nos *papers* identificados como tema central, encontramos para 2 graduandos, 2 graduados, 20 mestrandos, 11 mestre, 36 doutorandos, 14 doutores, 3 pós-doutorandos, 2 pós-doutores, 4 com formação não identificada(ver gráfico 2)

Nos papers identificados com tema incidental, verificamos para 1 graduandos, 6 graduados, 24 mestrandos, 15 mestre,28 doutorando, 14 doutores, 2 pós-doutorandos,0 pós-doutores, 3 não identificados, especialista 1.(ver gráfico 3)

Referente as instituições das publicações de tema central, encontramos o seguinte quantitativo: 1 IFBA, 1 UEFS, 1 PUC/RIO, 1 UDESC, 2 UERJ, 1 UESC, 1UEMG, 12 UFF, 2 UFBA, 2 UFPB, 1 UFAM, 3 UFRJ, 4 UFRGS, 5 UFRRJ, 3 UFS, 3 UFSC, 1 UFSCAR, 1 UFSJ, 3 UNEB, 1 UNEMAT, 1 UNESP, 2 USP, 2 UNIRIO, 3 UNIFESP, 4 UNICAMP, 1 UNIRIO, 1 UNIVAP, 1 UNISANTOS, 1 UNISINOS.

Às de tema incidental identificamos: 1IFPE, 1 IFBA, 1 IFAL, 1 NYU, 3 PUC/RIO, 3 PUC/SP, 2 UDESC, 1 UEL, 1 UECE, 3 UERJ, 1 UEM, 1 UFAC, 1 UEPG, 1 UFAM, 1 UFERSA, 3 UFBA, 7 UFF, 1 UFBPR, 1 UFES, 1 UFFRJ, 4 UFJF, 6 UFPE, 1 UFMS, 1 UFPA, 2 UFGD, 1 UFMT, 6 UFPE, 3 UFRJ, 1 UFPA, 3 UFRPE, 2 UFRGS, 1 UFPEL, 2 UFPR, 6 UNEB, 3 UFSC, 4 UFRRJ, 1 UNEAL, 1 UFSJ, 4 USP, 3 UNIRIO, 2 UNICAMP, 1 UNILAB, 1 UNISINOS, 3 UNITAU, 1 UNESP, 1 USS.

3. Análise de sentidos qualitativos

3.1 Árvore de códigos

A árvore de códigos é um conjunto de etiquetas que funcionam como um marcador do trecho do arquivo analisado no atlas.ti, inter-relacionadas e que permite a construção em cadeias de relação dos elementos destacados. É possível com isso analisar a frequência desta relação e a interdependência destes elementos, entre outras análises. Na árvore, é possível criar diferentes famílias de códigos. Assim, utilizamos códigos pais, que estão no topo dessa arvore, códigos filhos e, em alguns casos, códigos netos. Ambos são a ramificação do código pai, e constituem uma mesma família mas, que também podem ser relacionar com códigos de outras famílias.

A árvore de código qualitativa, é representada pela família de código ANÁLISE\_PÓS\_ABOLIÇÃO. Para essa definição, buscamos sistematizar possíveis usos do termo conforme as discussões próprias do campo. Assim, criamos códigos que pudessem identificar o termo sendo utilizado com sentido: político, comparativo, campo de pesquisa, critica do termo, definição do termo, extinsão do cativeiro, perspectiva comparativa e perspectiva teórica. (rede de código)

Para os papers identificados como tema central, a análise resultou em 249 citações com sentido teórico (PERSPECTIVA\_TEÓRICA), 7 como definição do termo (DEFINIÇÃO\_DO\_TERMO), 7 como extinsão do cativeiro (EXTINSÃO\_DO\_CATIVEIRO), 5 (CAMPO\_DE\_PESQUISA\_ESTUDO) não sendo utilizado como aspecto político (ASPECTO\_POLÍTICO), crítica do termo(CRÍTICA\_DO\_TERMO), nem perspectiva comparativa (PERSPECTIVA\_COMPARATIVA). Dentre as citações, 11 ocorrências estavam na nota de rodapé.

Nos identificados como tema incidental, encontramos 116 citações com sentido teórico (PERSPECTIVA\_TEÓRICA), 2 como extinção do cativeiro (EXTINÇÃO\_DO\_CATIVEIRO), 1 (CAMPO\_DE\_PESQUISA\_ESTUDO), 1 perspectiva comparativa (PERSPECTIVA\_COMPARATIVA) não sendo utilizado como aspecto político (ASPECTO\_POLÍTICO), definição do termo (DEFINIÇÃO\_DO\_TERMO), nem crítica do termo(CRÍTICA\_DO\_TERMO). Dentre as citações, 04 ocorrências estavam na nota de rodapé.

3.3 – Reflexões sobre os usos do termo pós-abolição

Como tema central, observamos maior incidência de citações que tratam o pós-abolição enquanto uma perspectiva teórica, da mesma maneira ocorre para as com tema incidental, embora tenha existido uma significativa diferença na quantidade de ocorrências, o que era esperado pois, as publicações de temática incidental não objetivavam tratar sobre o termo. Em ambos encontramos ocorrências, embora com menor incidência que tratavam o pós-abolição como o fim do trabalho escravo, sob a forma de extinção do cativeiro e enquanto um campo de pesquisa e de estudos historiográfico. Apenas os *papers* de tema central definiram o termo, enquanto apenas encontramos ocorrência de perspectiva comparativa em temática incidental. Em ambos não identificamos ocorrência da utilização do termo com aspecto político, embora alguns temáticas tratassem de elementos dos quais representam tal aspecto para uma determinada população no pós-abolição, nem identificamos o uso a partir de uma crítica.

Embora tenha existido diferenças quantitativas em relação a utilização do termo, ambos caminharam no mesmo sentido para a maneira como o termo foi utilizado pelos autores.(gráfico bar\_analise.png)

4. Usos na pesquisa em História

Boa parte dos historiadores que discutem o pós-abolição no Brasil, apontam para um período que não se enquadra em um tempo fixado por datas e que se inicia na década de oitenta do século XIX, indo até o período de redemocratização no século XX, constituído por agentes e espaços variados.(Domingues e Gomes, 2011). Isso torna o pós-abolição um campo analisado a partir de diversos agentes, que tem se consolidando autônomo, mas, que se relaciona tanto com a historiografia da escravidão quanto com a da República.

O pós-abolição enquanto marco temporal no Brasil, se inicia no dia 13 de maio de 1888, com o fim jurídico do regime escravista. No entanto, as sequelas deste regime permanecem no pós-abolição, percebida principalmente pela luta constante na garantia do direito à cidadania. Assim, enquanto campo historiográfico, irá agregar elementos utilizados nos estudos sobre a escravidão, além de imprimir nas publicações iniciais sobre o campo, diante do privilégio de uma determinada classe à educação, um forte traço escravista, mas observado pela ótica das elites. No entanto, após a emergência da história social e da micro-história, estes estudos passam a apontar novos agentes, e será substituído pela visão de populações subalternas- conceito esse, desenvolvido por Gramsci – que envolve entender uma classe composta por indivíduos com diferentes capacidades organizacionais e de diferentes consciência, que pertencem a grupos menores em situação de diferentes opressões dentro da mesma categoria estando relacionado também a compreensão de classes sociais e à política.

Buscando caractrizar esses agentes que constituem os caminhos discursivos e metodológicos para entender o pós-abolição, e que estão relacionados a emergência de uma recente percepção historiográfica, alguns elementos ajudam a indicar de qual maneira este campo vem se consolidando nas publicações da ANPUH nos últimos sete anos.

4.1 Recorte espacial

No recorte espacial, buscamos identificar em quais espaços geográficos o tema discorrido no *paper* ocorreria. Isso pode indicar alguma relevância sobre como as regiões se relacionam com a própria história do pós-abolição e da população liberta. Diante da variedade de formas de identificação territorial que compõe a geografia brasileira, foi difícil caracterizar o recorte espacial a partir da descrição do *paper*, pois, algumas publicações descreviam o território como um conjunto de estados ou regiões. Assim, elegemos os dez principais espaços identificados pela análise, sendo eles: Brasil(33), Rio de Janeiro(19), Estado do Rio de Janeiro(20), Bahia(20), São Paulo(8), Estado de São Paulo(14),Santa Catarina(9), Minas Gerais(11), Rio Grande do Sul(8), Sergipe(3).

Nos *papers de tema central, foram* : Brasil(7), Rio de Janeiro(13), Estado do Rio de Janeiro(10), Bahia(9), São Paulo(4), Estado de São Paulo(8),Santa Catarina(5), Minas Gerais(5), Rio Grande do Sul(4), Sergipe(3). Para os de tema incidental, identificamos: Brasil(26), Rio de Janeiro(6), Estado do Rio de Janeiro(10), Bahia(11), São Paulo(4), Estado de São Paulo(6),Santa Catarina(4), Minas Gerais(6), Rio Grande do Sul(4).

Gráfico(bar\_esp\_10.png)

4.2 Recorte temporal

Inicialmente prevemos fazer o recorte temporal conforme os tempos da História, no entanto, ao percebermos que os papers muitas vezes tratavam em um tempo que não se enquadra no tempo cronológico do tempo histórico, julgamos fazer o recorte temporal por séculos. Assim, criamos códigos para os séculos, XVII(1), XVIII(1), XIX(95), XX(106), XXI(30). Sendo que os *papers* de tema central trataram sobre os séculos XIX(46), XX(59), XXI(2) e os de tema incidental trataram sobre os séculos XVII(1), XVIII(1), XIX(48), XX(46), XXI(29).

Gráfico(bar\_tem.png)

4.3 Recorte temático

Tanto nos papers identificados como tema central quanto nos de tema incidental, observamos que as dez temáticas mais relevantes referem-se à *trabalho, memória, trajetória, associativismo, raça, performances culturais, racialização, identidade, intelectualidade e família.*

Estas temáticas, representam as diversas agências encontradas pelos autores para construir experiências sobre o pós-abolição.

Percebemos esta variedade de agência nestas temáticas e com a maioria dos elementos observados ligados a populações marginalizadas, podemos perceber a incidência de discussões que indicam uma tendência da História Social e Micro-História, observados nos temas, *memória, trajetória, associativismo, raça, performances culturais, racialização, identidade, intelectualidade*, que formam a maioria e apenas as temáticas *trabalho* e *família* que representam a interseção entre tendências da História Social e da Micro-História com os demais gêneros. A incidência destas temáticas também nos levam a refletir em qual medida o pós-abolição tem apontado para uma tendência historiográfica específica ou fornecido elementos que podem também serrem utilizados para revisar tendências tradicionais.

Gráfico(bar\_tema\_10.png)

Considerações finais

Sobre a caracterização das publicações, percebemos maior incidência de autores que eram estudantes de mestrado ou doutorado, ou mestres, ou doutores. Identificamos 53 instituições, com destaque em termos de quantitativo para: Universidade Federa Fluminense – UFF (19), Universidade Estadual da Bahia- UNEB(9), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –UFRRJ(9), Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP(6), Universidade de São Paulo(6), Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC(6), Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS(6), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ(6), Universidade Federal de Pernambuco(6), Universidade Federal da Bahia-UFBA(5), Universidade do Estado do Rio de Janeiro –UERJ(5). Ambas as instituições são públicas e nos levam a reforçar a importância de políticas de desenvolvimento educacional por parte do Estado para a produção epistemológica.

Referente ao recorte espacial, as publicações trataram majoritariamente sobre os séculos XIX, XX e XXI. Para uma análise mais aprofundada, seria necessário maior aprofundamento da análise sobre os séculos, o que não foi possível por conta do período de vigência da bolsa. No entanto, isto pode indicar que nestes *papers* da ANPUH, o pós-abolição é entendido através do desmonte da escravidão, mas não podemos afirmar com clareza se esse desmonte é percebido a partir das alforrias anteriores ao 13 de maio, nas estratégias jurídicas como as Leis Eusébio de Queiroz, Sexagenário e do Ventre Livre ou de estratégias individuas de liberdade. Ou se essa compreensão se assenta na Lei Áurea. Sobre o quantitativo de incidências no século XX, podemos refletir se o pós-abolição é um ­período finalizado com a redemocratização no brasil ou se ainda se percebem continuidades em tempos posteriores, mas não podemos fazer afirmações pelas mesmas razões anteriores. A incidência do termo no século XXI, está relacionada a políticas públicas voltadas para as populações afro-brasileiras, boa parte, com referência a Lei 10.639/2003.